
Município de Alpiarça

Órgão: Câmara Municipal

Ata N.º6/2025

26 de março de 2025

Assunto: Reunião Ordinária da Câmara Municipal

Início da reunião: 09h39m	Término da reunião: 11h17m
----------------------------------	-----------------------------------

Presidente da Câmara Municipal:

Sónia Isabel Fernandes Sanfona Cruz Mendes

Vereadores da Câmara Municipal:

Jorge Manuel Claudino de Freitas

Ana Margarida Vences Rosa do Céu

João Pedro Costa Arraiolos

Fernanda Maria Coutinho Precaté Fontainhas Amorim Cardigo

Secretária:

Vanessa Alexandra Pepino dos Santos

--- Aos vinte e seis dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e cinco, nesta Vila de Alpiarça, reuniu a Câmara Municipal de Alpiarça, eleita para o quadriénio 2021/2025, sob a Presidência da Excelentíssima senhora Presidente Sónia Isabel Fernandes Sanfona Cruz Mendes e com a participação dos senhores Vereadores Jorge Manuel Claudino de Freitas, Ana Margarida Vences Rosa do Céu, João Pedro Costa Arraiolos e Fernanda Maria Coutinho Precaté Fontainhas Amorim Cardigo. Secretariou a reunião Vanessa Alexandra Pepino dos Santos, Técnica da Subunidade de Administração Geral – Apoio aos Órgãos Autárquicos, da Câmara Municipal de Alpiarça. -----

A Ordem do Dia da Reunião de Câmara, antecipadamente remetida a todos os Vereadores, nos termos do N.º 2 do artigo 53.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei N.º 75/2013 de 12 de setembro, foi a seguinte: -----

--- **01: Deliberação – Proposta de Ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Alpiarça, realizada no dia 12 de março de 2025 - N.º 5/2025 - Mandato 2021 – 2025.** -----

--- **02: Ratificação – Proposta de ratificação de despacho de aprovação de abertura de conta bancária/aplicação de curto prazo.** -----

--- **03: Deliberação – Proposta de adjudicação definitiva do direito de ocupação das lojas números 4/5 e 16/17 do Mercado Municipal de Alpiarça.** -----

--- **04: Deliberação – Relatório de abertura de uma única proposta - AD-02/2025 – Reabilitação de Prédios Habitacionais – Bairro do Eucaliptal, Bairro 25 de Abril e Rua Queiroz Vaz Guedes.** -----

--- **05: Deliberação – Proposta de aprovação do pagamento bem como da minuta de acordo de reembolso a celebrar entre a Unidade Local de Saúde e o Município de Alpiarça – no âmbito da transferência de competências no domínio da saúde.** -----

--- **06: Deliberação – Transmissão do direito de propriedade do lote número 111 da Zona Industrial.** -----

--- **07: Ratificação – Despacho de aprovação da lista de erros e omissões – Ampliação EB1 - Professor Abel Avelino.** -----

--- **08: Deliberação – Proposta de aprovação do pagamento da contrapartida do Município à CIMLT no âmbito do Protocolo de Coordenação de Segurança em Obra - Ano de 2024.** -----

--- **09: Deliberação – Atribuição de Medalhas Municipais.** -----

--- **10: Ratificação – Proposta de autorização de isenção do pagamento de taxas - Emissão de licença especial de ruído.** -----

--- **ABERTURA DA REUNIÃO** -----



--- A reunião foi aberta pela senhora Presidente da Câmara, eram nove horas e trinta e nove minutos, que cumprimentou todos os presentes e deu conhecimento do resumo diário de tesouraria, referente ao dia vinte e cinco de março de dois mil e vinte e cinco, com um total de disponibilidades de 4.452.684,30 euros (quatro milhões, quatrocentos e cinquenta e dois mil, seiscentos e oitenta e quatro euros e trinta cêntimos). -----

--- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

--- A senhora Presidente iniciou o período antes da ordem do dia, dando a palavra aos senhores Vereadores. -----

--- O senhor Vereador João Arraiolos tomou a palavra, cumprimentou todos os presentes e questionou sobre o ponto de situação da Empresa Intermunicipal de Transportes, especialmente a aquisição do edifício sem necessidade de empréstimo. Também inquiriu sobre a formalização da organização das NUTS e a contratualização dos fundos comunitários para 2030, bem como a verba destinada ao Município de Alpiarça. -----

--- A senhora Vereadora Fernanda Cardigo tomou a palavra, cumprimentou todos os presentes e apresentou três questões, a primeira é sobre o motivo do encerramento da estrada entre a Barragem dos Patudos e o Complexo Desportivo, a segunda é sobre o motivo de ter sido negado um pedido de estacionamento feito por uma loja de rações na Travessa dos Moinhos e os problemas nessa via adjacente e a terceira é sobre o motivo da retirada de relva do novo Jardim. -----

--- A senhora Vereadora Margarida Rosa do Céu tomou a palavra, cumprimentou todos os presentes e indagou sobre o projeto das colónias de gatos, questionando quantas foram instaladas e quantos animais foram abrangidos. Além disso, questionou sobre os procedimentos concursais para os três cargos de Dirigentes de Unidade de 4.º Grau, aprovados no ano anterior e o motivo da sua não implementação até ao momento. -----

--- Respondeu a senhora Presidente, referindo que relativamente à Empresa Intermunicipal de Transportes, a aquisição do terminal e a constituição da empresa dependem do visto do Tribunal de Contas. A criação de toda a estrutura da empresa, aquisição de autocarros, contratação de motoristas, etc, será financiada com fundos comunitários, com previsão de início das operações ainda este ano. Do projeto que já estava em curso e vinha sendo implementado, uma parte será a financiada com recurso a empréstimo. Frisou que o objetivo é conseguirem adquirir o terminal e constituírem a empresa, durante este ano e começar a laborar. Mencionou que está em curso com os representantes sindicais a contratação de motoristas, bem como o processo em curso para a aquisição de autocarros. Referiu que a



empresa não está formalmente a funcionar ainda, porque estão no processo de aquisição dos meios e, sobretudo, a aquisição do terminal. De todo modo, há perspectiva de que se possa vir a fazer brevemente, uma vez que já foram dadas várias respostas ao Tribunal de Contas, no sentido de esclarecer as dúvidas que têm vindo a ser colocadas. Informou que este é um processo inovador, esta é a única Comunidade que avançou com o processo de constituição de uma Empresa Intermunicipal de Transportes, todas as outras têm os contratos celebrados com as operadoras que já estão no mercado. Relativamente à reorganização das NUTS foi aprovada em Bruxelas e está em vigor, porém a contratualização permanece sendo feita com o Alentejo. Existe preocupação com a redução dos fundos de coesão e as incertezas sobre os benefícios da nova estrutura. De qualquer modo, a NUT está criada até 2030 não vai deixar de existir e, portanto, não havendo perspectivas de avançar com a regionalização, já há muita gente a questionar a oportunidade e vantagem que pode advir da criação desta nova NUT. Relativamente à contratualização, fecharam a mesma com o Alentejo há pouco tempo, mas estão em fase de reprogramação, ou seja, há um conjunto de alterações que se vieram a verificar, sobretudo por dificuldades de execução de fundos, quer ao nível da CCDR Alentejo, quer ao nível da própria Comunidade, foi enviada uma proposta para a União Europeia e estão a aguardar esse ponto de vista. Salientou que é possível, que haja alguma atualização dos valores que estavam contratualizados, sobretudo no que diz respeito à Comunidade Intermunicipal. Relativamente à estrada do Complexo Desportivo esteve encerrada devido à queda de árvores de grande porte, que já foram removidas, estando a via novamente aberta ao trânsito. Relativamente há loja de rações na Travessa dos Moinhos deu entrada um requerimento, para a atribuição de um lugar de estacionamento, está sob avaliação do Conselho Municipal de Segurança. Referiu que os problemas na via, sobretudo o piso das ruas degradaram substancialmente e estão sendo acompanhados com melhorias programadas. Relativamente à retirada de relva do novo jardim, foi feita devido à degradação causada pelas pessoas durante o período natalício. A reposição de novos tapetes de relva ocorrerá em breve, uma vez que também estão a preparar a colocação de uma estátua naquele espaço, que vai ser inaugurada no dia 25 de abril. Relativamente às colónias de gatos, apenas duas foram instaladas até ao momento, e novas ações dependem da manifestação de interesse. A esterilização dos animais continua a ser efetuada. Relativamente aos procedimentos concursais ainda não foram abertos, mas serão realizados conforme previsto. -----

--- Terminado o período Antes da Ordem do Dia, foram apreciados os pontos constantes da Ordem de Trabalhos, tendo sido tomadas as seguintes deliberações: -----



--- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

--- **01: Deliberação – Proposta de Ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Alpiarça, realizada no dia 12 de março de 2025 - N.º 5/2025 - Mandato 2021 – 2025.** -----

--- A senhora Vereadora Margarida Rosa do Céu tomou a palavra, referindo que contrariamente ao que tem se verificado em atas anteriores, a parte final da ata não reflete efetivamente o que se passou, ou seja, as atas têm sido apresentadas de uma forma diferente, em termos de contestar tudo o que efetivamente se realiza é apresentado na reunião de Câmara. Salientou que foram retirados conteúdos na íntegra e que não consta nenhuma intervenção relativamente a essas intervenções. Frisou que deve ter sido algum engano aquando da elaboração da mesma, não deve ter sido intencional. No entanto, refere que não está refletido o que aconteceu, deve ter sido certamente um erro de gravação. -----

--- A senhora Vereadora Fernanda Cardigo tomou a palavra, referindo que também deu conta da ausência da intervenção do senhor Presidente do Conselho de Administração da Fundação José Relvas, que menciona que em setembro tinha havido uma reunião em que teria dito à senhora Presidente, que a Fundação José Relvas achava que por bem não cumprir o Regulamento, enquanto não estivesse tudo legalizado. -----

--- Interveio a senhora Presidente, esclareceu que a ata segue um critério de resumo e não de transcrição integral, aquilo que lhe foi dado a conhecer foi, exatamente, aquilo que está proposto na ata. Não entende que haja grandes alterações, ou alguma alteração sequer, relativamente à forma como têm feito as atas. Aliás, as atas têm resultado sempre de um resumo que é feito relativamente às intervenções. De qualquer modo, considera que aquilo que está vertido na ata foi, rigorosamente, aquilo que se passou. Eventualmente haverá questões que não foram colocadas, ou que foram resumidas e, portanto, a sua análise é que a ata reflete, exatamente, aquilo que se passou na reunião, resumidamente e naturalmente, com algumas questões que não estão vertidas das várias intervenções que foram feitas. -----

--- A senhora Vereadora Margarida Rosa do Céu tomou a palavra, referindo que existe mesmo uma exceção, porque há determinadas intervenções que estão replicadas na íntegra, sem qualquer interrupção e outras foram retiradas. Sugeriu que se existe uma gravação, é só voltar a ouvir a mesma e replicar. -----

--- Interveio a senhora Presidente, referindo que pode haver a transcrição de uma parte das intervenções, que sempre existiu e que sempre vai continuar a existir. Não estão transcritos *ipsis verbis* todas as palavras que as pessoas dizem e não têm estado nas outras atas e, portanto, a ata reflete aquilo que se passou na reunião. As atas não transcrevem a totalidade das intervenções e, portanto, a ata reflete aquilo que se



passou na reunião e é assim que ela deve ser posta à votação. -----

--- **Deliberação:** A proposta de Ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Alpiarça, realizada no dia 12 de março de 2025 - N.º 5/2025 - Mandato 2021 – 2025, foi aprovada por maioria com o voto contra da senhora Vereadora Margarida Rosa do Céu. -----

--- A senhora Vereadora Margarida Rosa do Céu apresentou a seguinte declaração de voto: “Votei contra, porque entendo que a ata não reflete o que, efetivamente, se passou na reunião. Atendendo que, ainda por cima foi uma intervenção do público, devíamos ter respeito por essa intervenção.” -----

--- **02: Ratificação – Proposta de ratificação de despacho de aprovação de abertura de conta bancária/aplicação de curto prazo.** -----

--- A senhora Presidente tomou a palavra, referindo que este ponto havia sido retirado da reunião anterior e que, desta vez, foi instruído com a documentação solicitada pela senhora Vereadora Margarida Rosa do Céu. -----

--- **Ratificação:** O despacho de aprovação de abertura de conta bancária/aplicação de curto prazo, foi ratificado por maioria com as abstenções dos senhores Vereadores da CDU. -----

--- **03: Deliberação – Proposta de adjudicação definitiva do direito de ocupação das lojas números 4/5 e 16/17 do Mercado Municipal de Alpiarça.** -----

--- A senhora Presidente tomou a palavra, referindo que foi apresentada a proposta de adjudicação definitiva das lojas 4, 5, 16 e 17 do Mercado Municipal, conforme o Regulamento do Município, após processo de hasta pública. A proposta foi analisada e a Comissão de Análise adjudicou provisoriamente as lojas às entidades que apresentaram as respetivas propostas. -----

--- O senhor Vereador João Arraiolos tomou a palavra, questionou sobre o estado de regularização das responsabilidades da empresa que anteriormente ocupava o Jardim Municipal. Questionou se esta diferença de licitação tem a ver, essencialmente, com o novo Regulamento, uma vez que as lojas 4 e 5 o valor é de 250,00€ e as lojas 16 e 17 o valor é de 1000,00€. -----

--- Interveio a senhora Presidente, referindo que o processo foi fechado sem nenhuma dívida, por parte da empresa. Esclareceu que as discrepâncias nos valores de licitação se devem à localização das lojas, sendo que os montantes das rendas são os que estão fixados em Regulamento. -----

--- **Deliberação:** A adjudicação definitiva do direito de ocupação das lojas números 4/5 e 16/17 do



Mercado Municipal de Alpiarça, foi aprovada por unanimidade. -----

--- 04: Deliberação – Relatório de abertura de uma única proposta - AD-02/2025 – Reabilitação de Prédios Habitacionais – Bairro do Eucaliptal, Bairro 25 de Abril e Rua Queiroz Vaz Guedes. -----

--- A senhora Presidente tomou a palavra, referindo que havia uma única proposta da empresa Eco Demo – Demolições, Ecologia e Construção S.A, para a reabilitação dos prédios habitacionais, no valor de 1.742.545,79€ e duração de 420 dias. A obra integra o âmbito da Estratégia Local de Habitação e foram detalhados os ajustes realizados, incluindo o fornecimento das casas modulares (contentores) para alojar os moradores durante as obras. Enquanto as casas estão a ser remodeladas, iriam garantir que cada inquilino tem um espaço de armazenamento individual, também vão garantir as mudanças para esses lugares de armazenamento. Frisou que iriam colocar as casas modulares no mesmo local, onde os inquilinos têm as suas casas. Salientou que estão a fazer um esforço enorme, para viabilizar que os inquilinos que estão fora das suas casas tenham acesso às comodidades que têm nas mesmas, designadamente a manutenção dos contratos com as operadoras de telecomunicações, os contratos de água e de energia. Informou que a expectativa é que cada bloco de casas, possa ser recuperado no espaço de 6 meses no máximo, o que vai permitir que as pessoas não estejam fora das suas casas, durante um período muito alongado. -----

--- O senhor Vereador João Arraiolos tomou a palavra, questionou se havia sido considerada a especificidade das casas que sofreram intervenções recentes e a forma como os moradores seriam informados. A senhora Presidente garantiu que as questões individuais seriam tratadas dentro dos parâmetros do projeto e que a comunicação com os moradores seria feita em breve, com a definição das casas a serem intervencionadas inicialmente. Frisou que grande parte das questões que iria colocar à senhora Presidente já foram respondidas, que era garantir aos inquilinos todas as condições, em termos de habitabilidade e da segurança dos seus bens, nesse período em que as suas casas iriam ser intervencionadas. Salientou que a senhora Presidente teve a oportunidade de referir que essas questões estão garantidas e, naturalmente, têm como válidas todas essas afirmações. Referiu que iria votar favoravelmente esta proposta, sendo que gostaria de saber como estavam previstos grupos de sete habitações de cada vez, se os inquilinos já estão informados em termos de prioridade quais seriam as sete primeiras casa a serem intervencionadas. Relativamente à especificidade de cada uma das casas, houve algumas que sofreram intervenções recentes e, portanto, se tiveram em conta o investimento que foi feito e se criaram algumas condições diferentes para esses inquilinos, ou se será uma intervenção exatamente



igual em todas as habitações, tendo em conta a sua tipologia, ou se são tidas em conta algumas questões individuais das casas. -----

--- Interveio a senhora Presidente, referindo que no que diz respeito às questões individuais têm vindo a ser tratadas e, desde o início foram também consideradas, uma vez que havia circunstâncias de obras feitas nas casas arrendadas sem qualquer tipo de autorização por parte do Município, que é o proprietário das mesmas. De de todo o modo, há questões que podem e vão ser acolhidas, existem outras que não têm condições para ser acolhidas, uma vez que estão obrigados a cumprir a execução da obra. Frisou que iriam realizar um conjunto de requisitos, desde logo a garantia do aumento da eficiência energética das casas. Relativamente à informação aos inquilinos, fizeram uma primeira reunião onde deram conta de um conjunto de aspetos que tinham a ver com a intervenção que iriam fazer e, portanto, as primeiras casas a serem intervencionadas seriam objeto de reunião. Salientou que o prazo de entrega das casas modulares já está definido e, portanto, estão a preparar a documentação para poderem reunir com os inquilinos e nessa circunstância, darem uma informação mais detalhada, de forma a que possam preparar-se para fazer as mudanças. -----

--- **Deliberação:** O Relatório de abertura de uma única proposta - AD-02/2025 – Reabilitação de Prédios Habitacionais – Bairro do Eucaliptal, Bairro 25 de Abril e Rua Queiroz Vaz Guedes, foi aprovado por unanimidade. -----

--- **05: Deliberação – Proposta de aprovação do pagamento bem como da minuta de acordo de reembolso a celebrar entre a Unidade Local de Saúde e o Município de Alpiarça – no âmbito da transferência de competências no domínio da saúde.** -----

--- A senhora Presidente tomou a palavra, referindo que receberam as competências da área da saúde, que foram assumidas relativamente ao pessoal auxiliar, às assistentes operacionais que estão na Unidade de Saúde, houve um período em que, não receberam esta transferência de competências por incapacidade do Ministério e do Estado, não houve imediatamente a transição dos contratos e a assunção por parte do Município. Durante um período de tempo, o Ministério foi assumindo o pagamento destes ordenados respeitantes às funcionárias que estão na Unidade de Saúde e, portanto, foi necessário fazer este ajuste com o Ministério. Mencionou que propõe-se um acordo de reembolso com um valor global, sobretudo às verbas recebidas pelo Município e não utilizadas na gestão de recursos humanos no âmbito do transferência, uma vez que os trabalhadores apenas integraram o mapa pessoal no mês de maio, ou



seja, as pessoas estiveram a trabalhar e foram transferidos recursos para o Município, que não foram gastos nessa altura com esses contratos, uma vez que eles não transitaram imediatamente. -----

--- O senhor Vereador João Arraiolos tomou a palavra, reiterou a sua posição de abstenção, em coerência com as votações anteriores relacionadas com a transferência de competências. -----

--- **Deliberação:** O pagamento bem como da minuta de acordo de reembolso a celebrar entre a Unidade Local de Saúde e o Município de Alpiarça – no âmbito da transferência de competências no domínio da saúde, foram aprovados por maioria com as abstenções dos senhores Vereadores da CDU. -----

--- **06: Deliberação – Transmissão do direito de propriedade do lote número 111 da Zona Industrial.** -----

--- A senhora Presidente tomou a palavra, referindo que conforme solicitado pelo proprietário do lote número 111 da Zona Industrial, a Câmara Municipal entendeu não exercer o direito de preferência e autorizar a transmissão do referido lote, dispensando o requerente do pagamento da compensação, que está prevista em termos regulamentares do Regulamento, uma vez que se trata de uma primeira transmissão. -----

--- O senhor Vereador João Arraiolos tomou a palavra, referindo que em relação à informação que é apresentada havia uma incongruência, uma vez que é referido que o lote foi adquirido, em 1995, pela empresa “Arcadas e Silhuetas, Lda” e, portanto, seria uma primeira transmissão para um novo proponente. Relativamente àquilo que é a transmissão entre privados, considera que as transmissões devem ter a sua norma própria e não têm exercido o direito de preferência em relação ao Município. Mas em relação à informação de prescindir da compensação para o Município pela transmissão, segundo aquilo que está na informação será uma primeira transmissão. Mencionou que há uma comparação com situações análogas, que foram situações em que houve uma terceira entidade, que interveio na transmissão dos lotes, ou seja, os lotes passaram para uma entidade financeira. Posteriormente o adquirente final adquiriu à entidade financeira e não ao proprietário original dos lotes. -----

--- Interveio a senhora Presidente, referindo que a informação do serviço é que tem essa incongruência e, portanto, na proposta refere que o adquirente não é o primitivo adquirente, comprou em processo executivo e não se encontra registado nenhum ónus, entende-se que a mesma solução poderá ser aplicada neste caso concreto, autorizando o Município a alienação do Lote número 111, prescindindo do pagamento do valor da compensação. -----

--- **Deliberação:** A Transmissão do direito de propriedade do lote número 111 da Zona Industrial, foi



aprovada por unanimidade. -----

--- 07: Ratificação – Despacho de aprovação da lista de erros e omissões – Ampliação EB1 - Professor Abel Avelino. -----

--- A senhora Presidente tomou a palavra, dando nota que se encontra a decorrer o procedimento de contratação de obras públicas para a realização da ampliação da Escola EB1 - Professor Abel Avelino. O pedido de esclarecimento às peças do procedimento foi remetido à equipa de projeto contratualizada pelo Município, para análise e pronúncia. A referida equipa após a análise do mesmo pedido de esclarecimentos, apresentou a sua apreciação à lista de esclarecimentos das peças do referido procedimento em resposta aos esclarecimentos solicitados pelo interessado. -----

--- **Ratificação:** O Despacho de aprovação da lista de erros e omissões – Ampliação EB1 - Professor Abel Avelino, foi ratificado por unanimidade. -----

--- 08: Deliberação – Proposta de aprovação do pagamento da contrapartida do Município à CIMLT no âmbito do Protocolo de Coordenação de Segurança em Obra - Ano de 2024. -----

--- A senhora Presidente tomou a palavra, referindo que têm recorrido aos serviços da Comunidade relativamente à Coordenação de Segurança em Obra e apurou-se, durante este período, um montante de 3.671,00€ a pagar à Comunidade em prestações trimestrais, neste caso no âmbito do Protocolo estabelecido relativo à Coordenação de Segurança em Obra referente ao ano de 2024. -----

--- O senhor Vereador João Arraiolos tomou a palavra, referindo que é um procedimento que tem sido desenvolvido, ao longo dos anos, que permite aos municípios ter a possibilidade em termos de alguma economia de escala, de haver um apoio por parte da Comunidade Intermunicipal a todos os municípios, nas obras que se vão desenvolvendo em relação àquilo que é uma obrigatoriedade de fiscalização. -----

--- **Deliberação:** O pagamento da contrapartida do Município à CIMLT no âmbito do Protocolo de Coordenação de Segurança em Obra - Ano de 2024, foi aprovado por unanimidade. -----

--- 09: Deliberação – Atribuição de Medalhas Municipais. -----

--- A senhora Presidente tomou a palavra, referindo que iriam atribuir medalhas municipais no dia do Município, em 2 de abril, as medalhas visam reconhecer o trabalho e a dedicação de cidadãos e instituições, com destaque para aqueles que prestaram serviços relevantes ao Município, seja no âmbito comercial, social ou desportivo. Destaca-se a atribuição de Medalha Municipal à senhora Carolina da Conceição Ferreira, pelos seus 60 anos de atividade sem interrupção como vendedora no Mercado



Municipal. Além disso, foram propostas medalhas de honra para a Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos do Concelho de Alpiarça (ARPICA) e para a Fundação José Relvas, pelo trabalho significativo prestado à Comunidade. A proposta incluiu também medalhas de mérito para empresas locais que se destacaram pela sua longevidade e contribuição ao desenvolvimento económico do Município, bem como para atletas que obtiveram resultados notáveis em suas áreas desportivas. Foi esclarecido que, apesar de não ter sido possível obter informações formais da Autoridade Tributária sobre a antiguidade das empresas, a pesquisa exaustiva realizada pela Câmara Municipal permitiu identificar as empresas a serem galardoadas. Frisou que pode, eventualmente haver alguma falha e, portanto, da parte dos senhores Vereadores se houver alguma empresa que não foi referida, obviamente há disponibilidade para acrescentar essa indicação. -----

--- O senhor Vereador João Arraiolos tomou a palavra, expressou a sua preocupação com a falta de tempo para análise adequada da proposta, que foi disponibilizada às 17h29m do dia anterior à reunião. Sugeriu que o processo de atribuição de medalhas fosse tratado de forma mais consensual e estruturada, considerando a importância das distinções e a necessidade de evitar injustiças ou desconformidades. Questionou a atribuição de medalhas para entidades, ou pessoas que já haviam sido premiadas em anos anteriores por conquistas semelhantes, como a atribuição de medalhas por 30 anos de atividade a empresas que já haviam recebido medalhas por 50 anos, como por exemplo as empresas “J.M.Céu – Comércio de Combustíveis, Lda” e “Marques e Bernardo, Lda”. Além disso, foi destacada a questão das medalhas de desporto, onde alguns atletas não foram contemplados de acordo com as suas conquistas mais recentes, como o atleta Duarte Galvão, Campeão Nacional de Desporto Escolar e a atleta Beatriz Rodrigues, Campeã Nacional de XCO em 2024. Sugeriu que a proposta fosse revista para incluir todos os atletas e entidades merecedoras, como a atleta Francisca Grazina, Campeã Nacional de Estrada no ano anterior. Naturalmente, que iria votar a favor da atribuição das medalhas municipais, mas considera que este processo deveria ser preparado de outra forma. -----

--- A senhora Vereadora Margarida Rosa do Céu tomou a palavra, referindo que concorda com o senhor Vereador João Arraiolos e manifestou a sua preocupação com a falta de tempo para análise da proposta. Questionou se as empresas que fazem 30 anos este ano se foram excluídas. -----

--- Interveio a senhora Presidente, referindo que ninguém tinha sido excluído e, portanto, tentaram com a Autoridade Tributária e entre as informações que conseguiram recolher, congregar as pessoas na listagem que não está fechada. Frisou que caso tenham conhecimento de algumas empresas que não



constam nesta listagem, por favor indiquem porque são contempladas naturalmente. Em relação ao desporto trabalharam com base nas informações do Clube Desportivo “Os Águias”. -----

--- A senhora Vereadora Margarida Rosa do Céu tomou a palavra, questionou se também foi critério, só incluir jovens do Clube Desportivo “Os Águias”, ou seja, o facto de serem residentes em Alpiarça e terem também um percurso louvável, por exemplo o atleta Rodrigo Conceição, que já foi Vice Campeão Nacional de Pista e, atualmente, corre numa equipa em Alenquer. Salientou que destas empresas, havia uma que deveria ter uma atribuição diferente, destacou a “Pastelaria Mena”, que comemora 50 anos de atividade este ano e que merecia uma distinção mais significativa. -----

--- Interveio a senhora Presidente, questionando a senhora Vereadora Margarida Rosa do Céu se haveria alguma empresa a incluir na listagem. -----

--- A senhora Vereadora Margarida Rosa do Céu tomou a palavra, referindo que existem outras empresas e esse levantamento devia ter sido minucioso, porque não é difícil fazer. Frisou que esse trabalho já devia ter sido feito, não era agora que iriam listar todas as entidades que têm 30 anos para serem incluídas. -----

--- A senhora Vereadora Fernanda Cardigo tomou a palavra, referindo que concorda com a senhora Vereadora Margarida Rosa do Céu e com o senhor Vereador João Arraiolos. E também deviam incluir na listagem a senhora que foi Campeã de Boccia. -----

--- Interveio a senhora Presidente, referindo que a lista ainda estava aberta para correções e que uma reunião extraordinária poderia ser convocada para avaliar eventuais sugestões. No entanto, iriam aprovar a listagem que está proposta e na próxima reunião de Câmara incluíam alguma empresa ou personalidade que não esteja contemplada nesta listagem. -----

--- **Deliberação:** A Atribuição de Medalhas Municipais, foi aprovada por unanimidade. -----

--- O senhor Vereador João Arraiolos apresentou a seguinte declaração de voto: *“Os Vereadores da CDU votaram a favor desta proposta, tendo em conta a consideração e o respeito que os galardoados merecem. Considerando, no entanto, que a proposta é essencialmente eleitoralista e precipitada no nosso sentido e que merecia outro tipo de tratamento.”* -----

--- **10: Ratificação – Proposta de autorização de isenção do pagamento de taxas - Emissão de licença especial de ruído.** -----

--- A senhora Presidente tomou a palavra, referindo que foi apresentado um requerimento pela “Associação Cultural e Recreativa do Frade de Cima”, que visa a autorização de isenção de pagamento de



taxas, emissão de licenças relativa à emissão de licença especial de ruído, no montante diário de 28,00€ o que perfaz o montante global de 56,00€, para a realização dos eventos promovidos pela mesma. -----

--- **Ratificação:** A Autorização de isenção do pagamento de taxas - Emissão de licença especial de ruído, foi ratificada por unanimidade. -----

--- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

--- A senhora Presidente da Câmara Municipal deu início ao período de intervenção do público, conferindo as respetivas inscrições para o mesmo e dando a palavra ao público inscrito. -----

--- Interveio o senhor munícipe Dr. Joaquim Rosa do Céu, Presidente da Fundação José Relvas, expressou a sua preocupação em relação à ata da reunião anterior, pela observação da senhora Vereadora Fernanda Cardigo, uma vez que percebeu que a sua intervenção em relação à reunião que teve em setembro de 2024, terá sido omitida da ata. Expressou o seu desabafo sobre a situação e lamentou a omissão de partes relevantes da reunião, principalmente sobre os momentos discutidos no segundo momento da reunião. Ressaltou a importância da transparência e da clareza nas atas, enfatizando que tal situação deveria ser corrigida, até porque pretendia uma certidão da ata da reunião com todos os aspetos referidos na reunião anterior. Deu sequência ao assunto das contas de 2024 referentes aos rendimentos dos legados, mencionando que o cumprimento dos prazos estabelecidos pelos Estatutos da Fundação é essencial para a continuidade das suas atividades, como a prestação de mais de 400 refeições diárias aos utentes. Destacou que 51% do orçamento da Fundação José Relvas depende de um acordo com a Segurança Social, o que torna imprescindível o cumprimento de prazos, sendo o prazo de 15 de abril para o conhecimento das contas do exercício fiscal um dos pontos críticos. Mencionou que, até o momento, as contas de 2024 não haviam sido entregues pela Câmara Municipal, apesar dos esforços da Fundação José Relvas, inclusive através de correspondências dirigidas ao Município que não obtiveram resposta. Esse atraso compromete a elaboração das contas e, consequentemente, a continuidade das atividades da Fundação José Relvas. Salientou que o responsável pela contabilidade externa, também emitiu uma comunicação formal alertando que, até à data, não haviam sido fornecidas as informações necessárias pela Câmara Municipal para o encerramento correto das contas, especialmente no que se refere aos rendimentos dos legados. Frisou que uma decisão judicial obriga a Câmara Municipal a prestar contas detalhadas sobre os rendimentos dos legados e as despesas efetuadas, com a obrigação de entregar à Fundação José Relvas a diferença entre esses valores. Lamentou a falta de cumprimento da decisão judicial por parte da Câmara Municipal e alertou que tal situação, afeta diretamente a credibilidade da Fundação José Relvas. No que se refere ao rendimento dos legados, existem situações que têm que definir



em termos de apresentação das contas. Em 2023, as contas do Município só foram enviadas para a Fundação José Relvas em 14 de maio de 2024, nessa data, as contas da Fundação José Relvas já estavam fechadas, pelo que não foram corrigidos valores estimados em encerramento das contas com rendimentos dos legados. Mencionou que a contabilidade externa questionou, em relação a 2024, se iriam extrapolar as rendas fornecidas pelo Município, mas não têm despesas como iriam fazer, consideravam o valor total de receitas sem as despesas, nem imaginam quais foram as despesas que foram feitas. Anteriormente a uma situação de contencioso do mesmo tipo com a Câmara Municipal, dado que não aceitaram as contas de 2022 e 2023 porque não estavam justificadas. Frisou que esta é uma matéria à qual importa dar resposta, que é urgente. Referiu que a decisão judicial disse que em cada ano, a Câmara Municipal está obrigada a prestar contas dos rendimentos recebidos e das despesas efetuadas por cada Legado. Devendo entregar à recorrida a diferença entre esses valores e, portanto, é uma decisão judicial que aponta, é os estatutos da Fundação José Relvas que apontam, é o Regulamento do Legado de Manuel Nunes Ferreira que aponta e, é a própria apreciação da senhora Presidente, enquanto Secretário do Conselho de Administração, que refere essa necessidade e que lamenta, o facto de a Câmara Municipal não entregar as contas. Referiu que foi expurgado da ata da reunião de Câmara, uma informação acerca de um apuramento transmitido pela Câmara Municipal, em setembro de 2024 num rendimento do Legado de Manuel Nunes Ferreira, o primeiro mês de janeiro de 2022 tinha sido apurado e que estaria em condições de ser transferido para a Fundação José Relvas, no entanto, não foi transferido a pedido da Câmara Municipal, na altura concordaram e a Câmara disse que, logo no início de janeiro, o dinheiro seria transferido para a Fundação José Relvas, o que não aconteceu até à data. -----

--- Respondeu a senhora Presidente, afirmando que as contas de 2024 relativamente aos legados já estavam concluídas e que poderiam ser enviadas à Fundação José Relvas ainda no dia da reunião. Relatou que havia sido feita uma alteração orçamentária com a incorporação do saldo de gerência para viabilizar a transferência de valores relativos ao Legado de Álvaro da Silva Simões. Em relação ao Legado de Manuel Nunes Ferreira, informou que a transferência também seria realizada juntamente com a prestação de contas e que a Fundação José Relvas estava em condições de resolver essa pendência. Destacou que, contrariamente ao que estava sendo veiculado, as transferências de rendimentos dos legados não estavam sendo retidas pela Câmara Municipal, mas sim realizadas dentro do possível e que os valores transferidos, até ao momento, eram substancialmente maiores do que em décadas anteriores. De qualquer modo, as interpretações são aquelas que as pessoas colocadas nas posições e nos cargos que ocupam, temporariamente olham para as situações de forma diferente. Deu nota que, ainda hoje, seguirá



a prestação de contas. Simultaneamente, pode ser dada indicação, uma vez que estando fechada a prestação de contas, têm condições de fazer a transferência relativamente ao que está pendente do Legado de Manuel Nunes Ferreira. -----

--- **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO** -----

--- Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada pela Presidente, eram 11h17m, da qual para constar, se lavrou a presente ata que, para efeitos de execução imediata foi aprovada em minuta, por unanimidade, com todos os efeitos legais a partir desta data. E eu, Vanessa Alexandra Pepino dos Santos, Técnica da Subunidade de Administração Geral – Apoio aos Órgãos Autárquicos, da Câmara Municipal de Alpiarça, a redigi e vou assinar com a senhora Presidente. -----

A Presidente da Câmara Municipal

Sónia Isabel Fernandes Sanfona Cruz Mendes

A Técnica da Subunidade de Administração Geral

Vanessa Alexandra Pepino dos Santos

Assinatura digital de igual valor probatório dos congéneres em papel com assinatura manuscrita, ao abrigo do Decreto-Lei nº 290-D/99 de 02 de agosto, na atual redação. Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.

